

# Brasil cai em ranking de percepção da corrupção

País fica abaixo da média global e atrás de nações como Cazaquistão e Bielorrússia em lista da Transparência Internacional, que criticou atuação dos Poderes, escolhas de Lula ao STF e avanço do Centrão sobre o Orçamento

MARLEN GOUTO  
marlen.gouto@globo.com.br

A atuação dos três Poderes e fatores como o desrespeito à lista tripartite para a Procuradoria-Geral da República, investidas contra a Lei das Estatais e o avanço do Centrão sobre o Orçamento levaram a piora do Brasil no ranking de percepção de corrupção da Transparência Internacional. No primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o país ficou na 104ª colocação entre 180 nações avaliadas — dez posições abaixo do alcançado no ano anterior. A nota brasileira ficou em 36 pontos, a menor que o contabilizado em 2022, de acordo com dados divulgados ontem pelo movimento global com foco nessa agenda.

Com o resultado, o Brasil ficou abaixo da média global (43 pontos), das Américas (43) e de países com democracias consideradas "falhas". Também atingiu índice semelhante aos de Ucrânia, Argélia e Sérvia inferior aos da Etiópia, Bielorrússia, Marrocos, Índia, Vietnã e Cazaquistão.

A pontuação considera uma escala que vai de 0 a 100, agregando de diferentes fontes e traduzindo as percepções de empresários e especialistas sobre o setor público dos países. O ranking é liderado pela segunda vez seguida pela Dinamarca, que atingiu 90 pontos.

Gerente da Transparência Internacional Brasil, Guilherme France afirma que resultado do Brasil "reflete um processo histórico mais amplo" de desestruturação de marcos legais e institucionais de combate à corrupção no período recente. O relatório aponta que, no governo Lula, "o país vem falhando" nessa reconstrução, após desmontes no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

— O processo de reestruturação não aconteceu do dia para a noite, mas demandou tempo e a atuação proativa das instituições — pontua France.

O Brasil registrou piora no

combate à corrupção nos últimos anos frente a 2012 e 2014, quando atingiu seus melhores desempenhos no índice, segundo a série histórica do levantamento. A nota brasileira é hoje sete pontos menor, na comparação com o pico alcançado pelo país nos dois anos.

## ZANIN, DINO E GONET

Entre os pontos negativos para o desempenho no índice, segundo a escolha feita por Lula de Cristiano Zanin, ex-advogado pessoal do petista, para a primeira vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF), e de seu ministro da Justiça, Flávio Dino, para a segunda. No caso de Zanin, a indicação é vista como "contrária à autonomia do Judiciário" e foco de decepção para sua base por não considerar o critério da diversidade. Já a nomeação de Dino é criticada pelo "perfil político" para um tribunal "já excessivamente politizado", na visão do movimento.

A opção do presidente por ignorar a lista tripartite da categoria na escolha de Paulo Gonet como novo procurador-geral da República também é enfatizada. O movimento afirma que Lula "preferiu repetir o método de escolha política de Bolsonaro, cujos efeitos desastrosos ainda são sentidos no país".

Outro destaque no documento é o enfraquecimento da Lei das Estatais. O movimento menciona a limitação do então ministro do STF Ricardo Lewandowski, futuro ministro da Justiça, que suspendeu a necessidade de uma quarentena para que dirigentes partidários e pessoas que tenham trabalhado no comando de campanhas eleitorais assumam cargos no alto comando de empresas públicas. O documento também cita pressões do governo federal e do Congresso para flexibilizar indicações políticas.

— Os efeitos já começaram a ser sentidos na principal empresa brasileira e foco de muitos esquemas de corrupção, a Petrobras, com afluência de recursos de desobediência política no estatuto da companhia e nomeações de gestores atropelando vetos do departamento de compliance", diz a Transparência Internacional.

Na avaliação de France, problemas evidenciados pela Lava-Jato, que tem sofrido reversões e críticas por parcialidade, não foram endereçados de forma sistemática e há reversão de reformas que haviam sido implementadas.

— É como se a gente não ti-

## EM QUEDA

Brasil varia dois pontos e cai dez posições em ranking da Transparência Internacional

A ESCALA VAI DE 0 A 100, EM QUE 0 SE REFERE AO NÍVEL MAIS ALTO DE CORRUPÇÃO E 100 AO MENOR NÍVEL



## RANKING MUNDIAL



Fonte: Transparência Internacional

CONTROLE SOCIAL

tas legislativas com impactos negativos em termos de combate à lavagem de dinheiro e proteção e garantia de um sistema eleitoral transparente e íntegro — acrescenta France.

No Judiciário, entre os gargalos levantados está ainda a ausência de medidas contra conflitos de interesse. A Transparência Internacional lembra que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) rejeitou uma resolução para regulamentar a participação de juízes em eventos privados, palestras e atividades acadêmicas. O STF também considerou inconstitucional regra que ampliava as restrições à atuação de juízes em processos de clientes desconsiderados de advocacia onde seus familiares trabalham.

## CONTROLE SOCIAL

Por outro lado, o relatório aponta que a Controladoria-Geral da União (CGU) reverteu "quase duas centenas de sigilos abusivos determinados pelo governo Bolsonaro" e estabeleceu regras para prevenir novas violações da Lei de Acesso à Informação. "O governo Lula vem reestabelecendo a estrutura dos conselhos de políticas públicas, cujos espaços de participação social cumprem papel relevante para o controle da corrupção em diferentes áreas", observa.

Houve também, na visão do movimento, resgate da governança ambiental, com nomeações técnicas e de lideranças respeitadas internacionalmente. A medida permitiu, afirma o relatório, reverter o combate ao desmatamento.

A CGU celebrou o fato de o relatório reconhecer avanços no âmbito do controle social, mas resultados que índices baseados em percepção têm limitações metodológicas e que seus resultados "devem ser vistos com cautela". "Desempenhos internacionais — entre eles ONU, ODI e OCDE — têm discutido a elaboração de novas medidas sobre o tema. A corrupção é um fenômeno complexo e nenhum indicador consegue medir todos os seus aspectos", disse.

## Polícia suspeita de 'rachadinha' e pede quebra de sigilos de Janones

Deputado é alvo de inquérito que apura suposto esquema em seu gabinete

MARIANA MUNIZ  
mariana.muniz@globo.com.br

A Polícia Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que quebre sigilo funcional do deputado federal André Janones (Avante-MC), investigado por um suposto esquema de "rachadinha" em seu gabinete. Em representação encaminhada ao ministro Luiz Fux, relator do inquérito que tramita contra o parlamentar na Corte, a PF afirma que as diligências concluídas até o momento "sugerem a existência de um esquema de desvio de recursos públicos no gabinete" do deputado mineiro, que nega irregularidades.

No documento, a PF argumenta que, "para investigar adequadamente esse tipo de conduta", é preciso "rastrear

o fluxo financeiro e analisar o patrimônio dos suspeitos".

Em novembro, dois ex-assessores de Janones relataram ao GLOBO que o deputado cobrava funcionários lotados em seu gabinete na Câmara a receber parte dos seus salários. Em entrevista, Cefas Luiz Paulino e Fabrício Ferreira de Oliveira disseram que a prática, conhecida no mundo político como "rachadinha", envolvia até mesmo os valores recebidos como 13ª e chegava a 50% dos vencimentos. Além disso, há gravações do deputado falando com seus assessores, material tratado pela PF como principal prova de caso.

No mês seguinte, Fux atendeu um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e autorizou a abertura de inquérito con-

tra o deputado federal. Em audiências divulgadas pelo portal Metrópolis e que embasam o pedido da PGR, André Janones pede para que os funcionários façam declarações de seus salários para compensar gastos que teve na campanha.

## INCONSISTÊNCIAS

Na representação ao Supremo, a PF afirma que houve "inconsistências e contradições" nas declarações obtidas nos depoimentos prestados por servidores do deputado. Aponta na lista das inconsistências o depoimento de Alison Alves, um dos servidores que aparecem nas gravações indicando a "rachadinha". Na oitiva, Alison afirmou que nunca devolveu parte do salário e



Na mira da PF, o deputado André Janones: pediu que quebre sigilo

que na época das gravações mentiu para que o colega não pedisse dinheiro emprestado.

"Embora os assessores neguem envolvimento no esquema de 'rachadinha', as discrepâncias em seus depoimentos evidenciam a necessidade de um aprofundamento nas investigações. Afinal, é crucial con-

stitucionalidade do orçamento. O governo do Congresso encontrou rapidamente arranjos para preservar o mecanismo espório de barganha", cita a Transparência Internacional.

— A gente não viu o Congresso assumir papel de liderança na reconstrução dos marcos de combate à corrupção, pelo contrário. Vimos ampliação do orçamento secreto, e avanços em diversas propos-

da no áudio — solicitação de devolução de parte dos salários dos assessores para reconstruir o patrimônio — se subsumiria ao crime disposto no Art. 317, CP (corrupção passiva)".

## DEPUTADO NEGA

Janones, que teve papel de destaque na estratégia digital de Lula nas eleições de 2022, nega irregularidades e, pelas redes sociais, afirmou que o pedido revelado no áudio foi feito ainda antes de se eleger, em 2018, para pessoas que ainda não trabalhavam em sua equipe. Em publicação nas redes sociais, Janones afirmou que "causa estranheza" a PF pedir a quebra do sigilo funcional e bancário, uma vez que já teria os colocado "à disposição" desde o início das investigações.

"Mais estranho ainda é apontarem como 'suspeito', um depósito feito quando nenhum dos assessores investigados trabalhavam mais em meu gabinete. Como eles devolviam salário 3 anos após serem condecorados?", escreveu o deputado.